



RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 29.985.998/0001-02

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

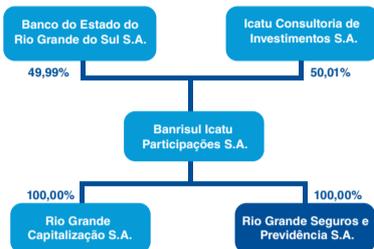
Relatório da administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras (Demonstrações) da **Rio Grande Capitalização S.A.** (Companhia), relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

A Companhia é uma controlada integral da Banrisul Icatu Participações S.A., que por sua vez é controlada pela Icatu Consultoria de Investimentos S.A., com 50,01% e tem como acionista o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul), com 49,99%, como a seguir:



A Companhia, tem como objeto principal, a negociação exclusiva de títulos de capitalização, majoritariamente, através do canal de vendas do Banrisul. Nessas Demonstrações, a Rio Grande Capitalização S.A. é tratada pelo termo "Companhia".

2. Desempenho

2.1. Operação e patrimônio

Durante o ano de 2022, a arrecadação da Companhia foi de R\$ 558.164 (R\$ 508.931 no mesmo período do ano anterior), representando um aumento de 9,67%. As receitas líquidas da Companhia foram de R\$ 123.528 (R\$ 94.174 no mesmo período do ano anterior). Os sorteios representaram R\$ 17.974 (R\$ 21.533 no mesmo período do ano anterior), 3,22% da arrecadação (4,23% no mesmo período do ano anterior), e os custos

de aquisição foram de R\$ 28.235 em 2022 (R\$ 17.011 no mesmo período do ano anterior), representando 5,06% da arrecadação (3,34% no mesmo período do ano anterior).

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia atingiu um ativo total de R\$ 1.187.233 (R\$ 1.086.060 em 31 de dezembro de 2021), representando um aumento de 9,3%. O patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2022, atingiu o montante de R\$ 100.449 (R\$ 84.533 em 31 de dezembro de 2021), representando um aumento de 18,83%.

2.2. Resultado financeiro e solvência

Em 2022, as despesas administrativas foram de R\$ 56.674 (R\$ 50.313 no mesmo período do ano anterior), sendo 10,15% da arrecadação (9,89% no mesmo período do ano anterior). Em 2022, as receitas financeiras totalizaram R\$ 114.076 (R\$ 33.771 no mesmo período do ano anterior), representando um crescimento de 237,79%, principalmente pelo aumento da taxa SELIC no período e por conta da performance dos DI futuros em 2021, devido ao movimento de fechamento na curva de juros utilizados na Companhia como hedge das posições pré-fixadas para solvência.

A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações posteriores. A Companhia mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas na ordem de R\$ 83.007, no ano de 2022, e apresentando um nível de solvência (PLA/CMR) de 380%.

3. Política de dividendos e destinação do lucro líquido anual

A Companhia tem a política formal de distribuição de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do ano, conforme consta em seu Estatuto Social, no entanto, em 2021 ela apresentou prejuízo.

A destinação dos resultados está apresentada a seguir, conforme o ano indicado:

	2022	2021
Lucro (prejuízo) líquido do ano	42.525	(4.680)
Compensação de prejuízos acumulados	(633)	—
Lucro (prejuízo) líquido do ano - Após compensações	41.892	(4.680)
Constituição da reserva legal	(2.094)	—
Base para a distribuição de dividendos	39.798	(4.680)
Dividendos mínimos obrigatórios	19.899	—
Dividendos adicionais propostos na AGO	10.101	—
Constituição de reserva estatutária	9.798	—

Os dividendos e juros sobre capital próprio pagos e destinados nos anos de 2022 e de 2021, estão refletidos respectivamente nas demonstrações de fluxo de caixa e das mutações do patrimônio líquido.

4. ASG – Ambiental, Social e Governança

Em 27 de junho de 2022, foi emitida a Circular SUSEP nº 666, que passou a valer a partir de 01 de agosto de 2022, com prazos diferenciados de adequação que vão de 28 de fevereiro de 2023 a 30 de junho de 2025 para o segmento que a Companhia está inserida. O processo de adequação da Companhia foi iniciado e no momento está sendo validada a minuta da Política de Sustentabilidade, além da finalização do diagnóstico e do acompanhamento das exigências regulatórias que serão cumpridas dentro dos prazos estipulados.

Durante o ano de 2022, a contribuição da Companhia retornou à sociedade R\$ 55.846 (R\$ 50.035 no mesmo período de 2021) pagos a serviços terceirizados, R\$ 6.986 (R\$ 4.935 no mesmo período de 2021) em tributos indiretos e R\$ 28.456 (R\$ 3.101 no mesmo período de 2021) em tributos diretos.

O sustentável resultado da Companhia é reflexo do esforço constante na melhoria dos processos operacionais e a atenção da administração no desenvolvimento de controles e às melhores práticas de governança corporativa. A Companhia possui uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrar o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias.

5. Auditores Independentes

A KPMG Auditores Independentes Ltda. presta serviços de auditoria contábil e atuarial externa à Companhia, relacionados aos exames de suas Demonstrações.

6. Agradecimentos

A Companhia aproveita a oportunidade para agradecer aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Porto Alegre, 16 de fevereiro de 2023.

A Administração.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	847.255	407.245	CIRCULANTE	1.085.852	1.000.908
Disponível	6.330	17.752	Contas a Pagar	31.086	6.845
Caixa e bancos	542	388	Obrigações a pagar	Nota 8	26.054
Equivalente de caixa	Nota 5	5.788	Impostos e encargos sociais a recolher	435	1.095
Aplicações	Nota 5	837.397	Impostos e contribuições	4.597	244
Créditos das operações de capitalização	34	17	Débitos de operações com capitalização	Nota 9	2.500
Outros créditos operacionais	Nota 6	610	Depósitos de terceiros	44	36
Títulos e créditos a receber	Nota 7.1	2.705	Provisões técnicas - capitalização	Nota 10	1.052.222
Despesas antecipadas	179	—	Provisão para resgates	980.810	921.067
ATIVO NÃO CIRCULANTE	339.978	678.815	Provisão para sorteio	12.936	16.210
Realizável a longo prazo	339.955	678.815	Provisão para despesas administrativas	34	—
Aplicações	Nota 5	330.864	Outras provisões	58.442	55.924
Títulos e créditos a receber	9.091	6.887	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	932	619
Créditos tributários e previdenciários	Nota 7.2	8.170	Contas a pagar	905	589
Depósitos judiciais e fiscais	Nota 12.3	921	Outras contas a pagar - obrigações fiscais	Nota 12.2	905
Intangível	23	1	Outros débitos - provisões judiciais	Nota 12.1	27
TOTAL DO ATIVO	1.187.233	1.086.060	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota 13	100.449
			Capital social	90.000	90.000
			Reservas de lucros	21.993	—
			Ajustes de avaliação patrimonial	(11.544)	(4.834)
			Prejuízo acumulado	—	(633)
			TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.187.233	1.086.060

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro 2022 e de 2021

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva adicional	Dividendo proposto	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros/prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2021	20.000	386	3.661	—	—	2.246	—	26.293
Aumento de capital - AGE 25/02/21 - Portaria SUSEP/CGRAJ nº 153, de 17/05/21	20.000	—	—	—	—	—	—	20.000
Aumento de capital - AGE 29/03/21 - Portaria SUSEP/CGRAJ nº 213, de 15/06/21	30.000	—	—	—	—	—	—	30.000
Aumento de capital - AGE 26/08/21 - Portaria SUSEP/CGRAJ nº 564, de 28/12/21	20.000	—	—	—	—	—	—	20.000
Ajustes com títulos e valores mobiliários	—	—	—	—	—	(7.080)	—	(7.080)
Prejuízo líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	(4.680)	(4.680)
Reserva legal	—	(386)	—	—	—	—	—	386
Reserva estatutária	—	—	(3.661)	—	—	—	—	3.661
Saldos em 31 de dezembro de 2021	90.000	—	—	—	—	(4.834)	(633)	84.533
Ajustes com títulos e valores mobiliários	—	—	—	—	—	(6.710)	—	(6.710)
Destinação do lucro líquido:								
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	42.525	42.525
Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	—	—	—	(19.899)	(19.899)
Dividendo adicional proposto	—	—	—	—	10.101	—	(10.101)	—
Reserva legal	—	2.094	—	—	—	—	(2.094)	—
Reserva estatutária	—	—	9.798	—	—	—	(9.798)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2022	90.000	2.094	9.798	10.101	(11.544)	—	—	100.449

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A **Rio Grande Capitalização S.A.** (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Siqueira Campos nº 1163, 6º andar, Centro, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), através da portaria SUSEP nº 6.997 de 19 de setembro de 2017, a operar em todas as Unidades da Federação e tem por objeto operar com planos de capitalização, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

A Companhia tem como única acionista a Banrisul Icatu Participações S.A., que por sua vez tem como acionistas o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul) e a controladora Icatu Consultoria de Investimentos S.A..

A Companhia faz parte do Grupo Icatu, onde as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2. Base de preparação e divulgação

As demonstrações financeiras (Demonstrações) foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e 648 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações posteriores sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas Companhias.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 16 de fevereiro de 2023.

2.1. Base de mensuração

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, exceto quanto aos seguintes itens, reconhecidos à valor justo:

- Caixa e equivalente de caixa (notas 3.3 e 5).
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (notas 3.4.1 e 5).
- Instrumentos financeiros disponíveis para venda (notas 3.4.2 e 5).
- Instrumentos financeiros derivativos (nota 5)

• Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP (notas 3.9 e 10).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas Demonstrações são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis apresentadas na sequência, foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas Demonstrações.

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e as principais explicações sobre a sua constituição estão apresentadas a seguir.

A receita com títulos de capitalização de pagamento único é registrada integralmente quando da emissão dos respectivos títulos.

A receita com títulos de capitalização de pagamento mensal é registrada conforme abaixo:

- Primeira mensalidade quando da respectiva emissão;
- Demais mensalidades quando do efetivo recebimento.

As correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas.

3.2. Balanço patrimonial

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das Demonstrações, com o objetivo de classificar como ativo não circulante o montante que ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.

Os títulos e valores mobiliários a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou aqueles definidos em leis específicas.

Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos.

Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros não utilizados na garantia das provisões técnicas, contidos em fundos exclusivos, com

Demonstrações dos resultados para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro 2022 e de 2021

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	31/12/2022	31/12/2021
Arrecadação com títulos de capitalização	558.164	508.931
Variação da provisão para resgate	(427.233)	(407.405)
Variações das provisões técnicas	(7.403)	(7.352)
Receitas líquidas com títulos de capitalização	Nota 16.1	123.528
Resultado com sorteio	Nota 16.2	(17.974)
Custo de aquisição	Nota 16.3	(28.235)
Outras receitas e despesas operacionais	Nota 16.4	14.597
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO		91.916
Despesas administrativas	Nota 16.5	(56.674)
Despesas com tributos	Nota 16.6	(6.986)
Resultado financeiro	Nota 16.7	42.725
RESULTADO OPERACIONAL		70.981
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		70.981
Imposto de renda	Nota 17	(17.319)
Contribuição social	Nota 17	(11.137)
LUCRO / (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		42.525
Quantidade de ações		90.000.000
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício por ação - R\$		0,473

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro 2022 e de 2021

(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	42.525	(4.680)
Ativos financeiros disponíveis para venda	(6.710)	(7.080)
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(11.183)	(11.800)
Imposto sobre ajuste a valor de mercado	4.473	4.720
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	35.815	(11.760)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro 2022 e de 2021

(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	42.525	(4.680)
Ajustes para:		
Variação das provisões técnicas - capitalização	505.027	466.232
Variação de impostos sobre o lucro	25.644	3.690
Variação nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	(127.904)	(139.607)
Créditos das operações de capitalização	(17)	(13)
Créditos fiscais e previdenciários	4.128	(9.433)
Depósitos judiciais e fiscais	(377)	(544)
Despesas antecipadas	(179)	—
Outros ativos	5.066	(3.367)
Outras contas a pagar	305	4.154
Débitos de operações com capitalização	1.674	(951)
Depósitos de terceiros	8	(30)
Provisões técnicas - capitalização	(446.005)	(363.848)
Outros passivos	(3)	30
Caixa gerado/(consumido) pelas operações	9.892	(48.367)



RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 29.985.998/0001-02

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

Os derivativos são classificados no ativo circulante "recebíveis" ou no passivo circulante "contas a pagar", sendo compostos por opções e contratos futuros.

3.4.2. Disponíveis para a venda

Os instrumentos financeiros "disponíveis para a venda" são contabilizados a valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos no período e reconhecidos no resultado. As oscilações no valor de mercado dos instrumentos financeiros, ainda em poder da Companhia, são registradas contabilmente em conta própria do patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários, e as contrapartidas são refletidas em resultados abrangentes. Quando os instrumentos financeiros são realizados ou seus valores recuperáveis apresentam redução, a apropriação é feita diretamente no resultado, em contrapartida a conta específica do Patrimônio Líquido.

Esses instrumentos financeiros, como determina a norma, são categorizados por exclusão, pois não se enquadram na definição das categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "mantidos até o vencimento" ou "empréstimos e recebíveis".

3.4.3. Mantidos até o vencimento

Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria possuem pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e são contabilizados pelo custo amortizado deduzido de qualquer perda. São aqueles que a Companhia tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento.

3.4.4. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros registrados nas rubricas "Crédito das operações", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos a receber", com recebimento fixo ou determináveis e não cotados em mercado ativo. Inicialmente são mensurados pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação. Posteriormente esse valor se torna o custo amortizado e são ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

3.5. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica "depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante e os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica "resultado financeiro". Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC, enquanto os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% (mensal).

3.6. Redução ao valor recuperável

3.6.1. Ativos financeiros

Os instrumentos financeiros têm perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

3.7. Tributos correntes e diferidos

O registro contábil do imposto de renda e contribuição social ativo e passivo, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das Demonstrações. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis.

3.7.1. IRPJ e CSLL diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Para efeito de apresentação nas Demonstrações, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.8. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com a melhor estimativa dos valores a serem pagos. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em provável, possível e remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisado de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. O valor das provisões é atualizado de acordo com a tabela aplicada pelo respectivo Tribunal cuja ação encontra-se tramitando.

A Companhia provisiona a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável. As obrigações legais, independente dos prognósticos existentes, são contabilizadas em sua totalidade, dada a característica de serem questionamentos relativos à legalidade na forma da aplicação de tributos e até que os processos judiciais e/ou administrativos sejam decididos em todas as instâncias, dada a existência da previsão legal, os montantes são considerados líquidos e certos e, portanto, provável de ocorrer, sendo contabilizados integralmente. Estas provisões estão contabilizadas na rubrica "Provisões judiciais", no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial, estão contabilizadas na rubrica "Outras Contas a pagar", no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão.

Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são determinados às causas, considerando sua natureza, o tribunal e a região as quais a causa está sendo avaliada.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

3.9. Provisões técnicas

3.9.1. Provisão matemática para capitalização

A provisão representa o montante dos pagamentos efetuados pelos subscritores, deduzidos das cotas de sorteio e de carregamento, quando previstas, acrescidos mensalmente da taxa de juros e do índice de correção previstos no plano aprovado.

3.9.2. Provisão para distribuição de bônus

A provisão é constituída para a distribuição dos bônus ainda não devidos, quando previstos, considerando a cota de bônus e acrescidos mensalmente da taxa de juros e do índice de correção do plano aprovado.

3.9.3. Provisão para resgates

A provisão representa os valores de resgates ainda não pagos até a data-base do cálculo, incluída a parcela correspondente à distribuição de bônus já devidos, acrescidos mensalmente do índice de correção previsto no plano até a data do efetivo pagamento.

3.9.4. Provisão para sorteios a realizar

A provisão é constituída para cobrir os sorteios que já foram custeados, considerando a cota de sorteio prevista no plano, mas que na data-base da constituição ainda não tenham sido realizados.

3.9.5. Provisão de sorteios a pagar

A provisão corresponde aos valores dos prêmios de sorteios devidos e ainda não pagos até a data-base do cálculo, atualizados monetariamente entre a data do sorteio e a data da efetiva liquidação.

3.9.6. Provisão para despesas administrativas

A provisão corresponde a diferença ente o valor presente esperado das parcelas referentes aos carregamentos dos pagamentos futuros dos títulos e o valor presente esperado das despesas administrativas futuras, e será constituída quando o resultado da diferença for negativo. A metodologia considera todos os títulos ativos vigentes na data-base do cálculo.

3.9.7. Prescrição de títulos

A Companhia adota, nas provisões para resgates de títulos e sorteios a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo as disposições previstas no código civil. Em regra, os títulos são prescritos em cinco anos.

3.10. Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio (JSCP)

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo após a deliberação definitiva dos sócios. Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações como uma redução do Patrimônio Líquido.

3.11. Estimativas contábeis

As Demonstrações incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo,

anualmente, tais como: Valor recuperável dos instrumentos financeiros (nota 5) que não estejam marcados a valor de mercado, valor recuperável dos créditos tributários (nota 7), cálculo das provisões técnicas de capitalização (nota 10), valor das provisões cíveis, fiscais e trabalhistas (nota 12), bem como a classificação exigida pela norma contábil (possível, provável e remota), cálculo da vida útil dos ativos, citando as mais relevantes. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas melhores estimativas e premissas, no momento de valorização e de revisão desses valores, dados os comportamentos dos mercados em que esses ativos e passivos estão inseridos. O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do período.

3.12. Nova norma contábil ainda não adotada

O pronunciamento a seguir entrará em vigor para períodos após a data destas Demonstrações:

3.12.1. CPC 48 – Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabelece novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratos, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge.

A Companhia optou por aplicar a isenção temporária do CPC 48 e continuará a aplicar o CPC 38 até a data efetiva do CPC 50.

4. Gestão de risco

O Grupo Icatu possui uma estrutura de gestão de riscos interna e corporativa, que ao fazer uma gestão unificada, consegue obter benefícios como: sinergia, padronização, entre outros.

A estrutura de gestão de riscos do Grupo Icatu, conforme definição dada pela Resolução CNSP 416, de 20 de julho de 2021, tem como finalidade suportar o alcance dos seus objetivos estratégicos. Os desvios desses objetivos são mapeados como riscos e suas principais categorias são riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, estratégico e de subscrição.

Para executar sua função, o Grupo Icatu nomeia o gestor responsável pelos controles internos como figura central de todo o processo e como o responsável pelo monitoramento e apoio à todas as atividades executadas no âmbito da estrutura de gestão de riscos, bem como pela emissão de relatórios para análise do comitê de risco, do comitê de auditoria, da diretoria e do conselho de administração, através de atribuições previstas em seus estatutos aprovados.

O gestor organiza as suas atividades em ciclos de gestão de riscos, que são constituídos em etapas, sendo elas: identificação, mensuração, manutenção, tratamento de riscos e monitoramento. Tais mapeamentos e análises são consolidados no perfil de riscos corporativos. Como forma de tratar os itens mapeados no perfil de riscos, o Grupo Icatu adota o sistema de controles internos que é composto por processos, procedimentos e unidades operacionais responsáveis por mitigá-los.

De forma a considerar a distribuição de funções, as unidades de negócio e áreas das companhias do Grupo Icatu estão organizadas em grupos, de acordo com suas responsabilidades. Embora tenham responsabilidades distintas, todas atividades estão relacionadas e devem estar alinhadas conforme detalhes abaixo:

Corpo Administrativo: composto pelas unidades que determinam a direção, estratégias, valores e apetites do negócio. As diretrizes de gestão de riscos são desenvolvidas com as áreas que compõem esse grupo.

Gestão: composto pelas unidades que executam as atividades que garantem o cumprimento dos objetivos traçados pelo corpo administrativo. Esse grupo se divide em primeira e segunda linhas, conforme melhor explicado a seguir:

- As áreas que compõem a primeira linha são as áreas que executam as atividades relacionadas a entregas de produtos e serviços do Grupo Icatu, incluindo as áreas que fornecem apoio nessa execução. Tais áreas também assumem a responsabilidade de identificar e gerir seus riscos através da adoção de controles e ajustes em seus processos.

- A segunda linha é composta pelas áreas que centralizam e coordenam atividades de gestão de riscos do Grupo Icatu. Tais áreas são responsáveis pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais e demais áreas do Grupo Icatu.

- A terceira linha é composta pela auditoria interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas.

Os riscos mapeados e monitorados são classificados de acordo com a sua probabilidade e seu potencial de impacto financeiro, considerando a maturidade dos controles já implementados. Os níveis de classificação podem ser: crítico, severo, moderado e reduzido.

O gestor promove a definição de nível de aceitação dos riscos junto ao conselho de administração. Tais níveis são formalizados como apetite a riscos. O apetite a risco define quanto e quais as perdas o Grupo Icatu Seguros está de acordo em assumir na busca por seus objetivos estratégicos, permitindo o alinhamento entre as exposições financeiras a riscos das mais variadas áreas de negócio ao apetite global da entidade e aos apetites específicos, também formalizados pela entidade.

O apetite a risco global e os apetites por categorias são descritos de forma quantitativa e qualitativa e formalizados na declaração de apetite de riscos.

Todas as Diretrizes, procedimentos e definições relacionadas a estrutura de gestão de riscos descrita acima estão formalizadas na Política de gestão de riscos, que é anualmente revisada e aprovada pelo conselho de administração.

Por fim, destaca-se que a estrutura de gestão de riscos descrita acima atende a todas as empresas do Grupo Icatu, garantindo assim a consistência dos processos, metodologias e ferramentas e a comparabilidade.

4.1. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

4.1.1. Principais riscos associados

4.1.1.1. Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de não cumprimento pelas contrapartes (emissores de créditos e resseguradoras), de suas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos para cada companhia do Grupo Icatu. Em relação as emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

Os ratings em escala nacional das emissões de títulos privados presentes, diretamente ou indiretamente, nas carteiras de investimentos das empresas do Grupo Icatu Seguros. São considerados aqueles atribuídos somente pelas agências *Fitch*, *S&P* e *Moody's*. Na hipótese de mais de uma agência avaliar a mesma emissão, será utilizado o rating da avaliação mais recente. Caso não esteja disponível a nota da emissão, deverá ser utilizado a do emissor, se disponível.

O monitoramento do risco de crédito é estabelecido por meio de uma análise de ratings e duration que estima uma exposição a perda usando probabilidade de default dos ativos.

4.1.1.1.1. Principais riscos associados aos investimentos

Em 31 de dezembro de 2022, R\$ 1.118.768, correspondentes a 95% (R\$ 823.700, correspondentes a 77% em 31 de dezembro de 2021) das aplicações financeiras estão alocadas em títulos emitidos pelo tesouro nacional (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de rating (classe AAA), seguindo melhores práticas de mercado. O volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R\$ 55.780 (R\$ 245.172 em 31 de dezembro de 2021).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não há posição em créditos privados detidos diretamente ou através de fundo de investimento exclusivo.

4.1.1.2. Risco de mercado

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk - VaR*, que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência.

A Companhia tem como procedimento em sua política de monitoramento de riscos, a análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar sua volatilidade, por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. Tal política é realizada pela área de controle de investimentos, em conjunto com a área de gestão de riscos, e revista anualmente.

A principal metodologia empregada pela Companhia para o gerenciamento do risco de mercado é o cálculo do *VaR (Value at Risk)* paramétrico. Além do cálculo do *VaR*, são realizados testes de stress para verificar a perda potencial em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal e análises quando o cenário de mercado é alterado, com informações sobre o *VaR* e nível de stress da carteira.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração:

(I) O *VaR* paramétrico: perda máxima esperada da carteira, a dado nível de confiança em horizonte de tempo determinado. O horizonte do *VaR* é de 1 mês, estimado utilizando dados históricos desde dezembro de 2010, com nível de confiança de 95%, e metodologia *EWMA (Médias Móveis Exponencialmente Ponderadas)* para o cálculo da volatilidade, com Lambda variando conforme fator de risco.

(II) *DV01 (dollar-value for one basis-point)*: medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

No quadro a seguir são apresentadas:

- A perda máxima esperada em um mês com 95% de confiança, por meio da metodologia *VaR* paramétrica;
- A perda com a oscilação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros pela metodologia *DV01*;
- O fator de decaimento Lambda da metodologia *EWMA*.

Fatores de Risco	31/12/2022			31/12/2021				
	<i>DIV-01 EWMA</i>	<i>VAR</i>	Exposição	<i>DIV-01 EWMA</i>	<i>VAR</i>	Exposição		
Pré-fixado - DI	(46)	0,95	4.358	181.048	-	0,88	1.606	494.933
Taxa referencial	-	0,95	-	-	-	0,90	-	-
IGPM	-	0,95	-	-	-	0,98	-	-
IPCA	(15)	0,95	833	34.983	45	0,99	2.486	81.068
Ações	-	0,95	-	-	-	0,99	-	-

4.1.1.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não esponder aos seus compromissos de pagamentos em função do descaimento de prazo entre seus ativos e passivos, ou da queda do valor dos ativos em função da falta de liquidez destes, no mercado.

A administração possui visibilidade diária da carteira da Companhia e, sempre que necessário, realiza ajustes nas posições dos investimentos, para adequar a carteira de investimentos com a demanda de liquidez.

Para os ativos financeiros, o risco de liquidez de curto prazo é controlado utilizando a projeção do fluxo de caixa da Companhia. A necessidade de liquidez de longo prazo é monitorada por meio do gerenciamento de ativos e passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*) em avaliações periódicas, considerando estimativas de fluxos de recebimentos e desembolsos segundo premissas definidas internamente em comitê de investimentos.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros e de capitalização detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

Ativos e passivos	31/12/2022			Total
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	
Caixa e bancos	542	-	-	542
Equivalente de caixa	5.788	-	-	5.788
Aplicações	167.286	91.670	909.305	1.168.261
Créditos das operações de capitalização	34	-	-	34
Títulos e créditos a receber	2.705	9.021	-	11.796
Total de ativos	176.355	100.761	909.305	1.186.421
Contas a pagar	31.086	905	-	31.991
Provisões técnicas – capitalização	435.718	285.121	331.383	1.052.222
Débitos de operações com capitalização	2.500	-	-	2.500
Depósitos de terceiros	44	-	-	44
Total de passivos	469.348	286.026	331.383	1.086.757

Ativos e passivos	31/12/2021			Total
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	
Caixa e bancos	388	-	-	388
Equivalente de caixa	17.364	-	-	17.364
Aplicações	318.346	22.816	710.378	1.051.540
Créditos das operações de capitalização	17	-	-	17
Títulos e créditos a receber	4.187	-	-	4.187
Total de ativos	340.302	22.816	710.378	1.073.496
Contas a pagar	7.434	-	-	7.434
Provisões técnicas – capitalização	404.749	272.783	315.669	993.201
Débitos de operações com capitalização	826	-	-	826
Depósitos de terceiros	36	-	-	36
Total de passivos	413.045	272.783	315.669	1.001.497

Os ativos financeiros apresentados na nota 5, em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento. Desta forma, a expectativa de exigibilidade e realização avaliadas com prazos distintos no *aging*, não apresenta risco.

4.1.1.4. Risco operacional

Risco Operacional é resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo os riscos legal, de *compliance* e cibernéticos e excluindo os riscos decorrentes de decisões estratégicas e inerentes a reputação da instituição.

A gestão desses riscos integra a gestão de riscos corporativos do Grupo Icatu e tem foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos.

O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através da análise dos processos organizacionais e seus objetivos. Os riscos identificados são quantificados através de graduação de frequência específica gerando planos de ação caso necessário, sendo que a graduação de impacto é idêntica a utilizada para os demais riscos.

A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais antes da ação dos controles (risco inerente) e após a ação dos controles (risco residual).

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação de resposta são controlados e gerenciados pela área gestão de riscos operacionais e controles internos. O gestor de riscos reporta estes resultados a diretoria e ao conselho de administração, se necessário.

A gestão de riscos operacionais também conta com a manutenção de um banco de dados com os registros dos eventos que se materializaram ou podem vir a ensejar perdas operacionais. Este banco de dados permite um acompanhamento dos registros das perdas ocorridas nas companhias elegíveis do Grupo Icatu e a identificação das causas e controles que possam mitigar a existência de novas ocorrências similares.

Na esfera de risco legal, a avaliação é realizada de forma contínua pela área jurídica do Grupo Icatu, realizando análises de contratos corporativos, avaliando demandas internas e participando da formação de novos produtos a serem lançados, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais do Grupo Icatu.

Para os riscos de *Compliance*, os quais decorrem do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, o Grupo Icatu possui uma estrutura de *Compliance*, responsável por estabelecer mecanismos de controle para garantir que os mais diversos processos estejam sendo realizados de acordo com todos os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos.

Os riscos de fraude fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades de negócios, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

4.1.1.5. Risco de subscrição

O risco de subscrição é a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da Companhia, em relação aos processos que envolvem a tomada de decisão seletiva de riscos aceitáveis, determinação dos prêmios cobrados, os termos do contrato e o monitoramento das decisões tomadas.

A área de subscrição de riscos da Companhia tem por objetivo dar suporte na venda de novos títulos, mantendo os riscos bem administrados pela Companhia, influenciando assim sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas.

Os títulos de capitalização têm prazo de vigência de médio e longo prazos. Por isso são utilizadas algumas premissas baseadas nas experiências de persistência da nossa carteira e atuarias para realizar a gestão dos riscos envolvidos.

Os riscos podem ser listados em:

- Risco de sorteio: implica na possibilidade da Companhia pagar prêmios de títulos sorteados nos produtos comercializados com séries abertas;
- Risco de persistência: implica na estimativa da quantidade de parcelas que são pagas pelo cliente durante a vigência do título;
- Risco da garantia de rentabilidade: implica no cumprimento das obrigações da Companhia em relação a garantia de rentabilidade prevista em contrato;
- Risco das despesas administrativas: implica na possibilidade da Companhia ter mais despesas do que receitas, oriundas das quotas de carregamento.

A Companhia monitora e avalia os riscos por meio de políticas de subscrição e alçadas e adequação das provisões técnicas. O risco de sorteio é monitorado pelo acompanhamento do histograma de risco das séries abertas comercializadas.

A exposição do risco de subscrição é reduzida por meio da análise e acompanhamento da distribuição dos números da sorte com o objetivo de evitar sua concentração.

Em 31 de dezembro de 2022, a arrecadação com títulos de capitalização atingiu um total de R\$ 558.164 (R\$ 508.931 em 31 de dezembro de 2021), distribuída em grande maioria na região Sul no montante de R\$ 552.070 representando 91% nesta data (R\$ 503.132



RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 29.985.998/0001-02

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

continuação

4.1.1.6. Gestão de capital

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que o Grupo Icatu mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido em um planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo Icatu e mantido com base em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

4.1.1.7. Riscos estratégicos

Os Riscos estratégicos fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas

áreas que compõem a segunda linha. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades de negócios, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

5. Aplicações financeiras

5.1. Classificação por vencimento

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras, administradoras dos respectivos fundos.

A composição da carteira de ativos financeiros mantidos pela Companhia contempla os ativos financeiros classificados como equivalentes de caixa, que são aqueles que lastreiam os fundos exclusivos e que possuem vencimento de até 90 dias, e com

insignificante risco de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2022, esse montante era de R\$ 5.788 (R\$ 17.364 em 31 de dezembro de 2021).

Em 31 de dezembro de 2022, o valor mensurado pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos dos títulos classificados como disponíveis para venda é de R\$ 112.468 (R\$ 252.514 em 31 de dezembro de 2021). Dessa forma, em 31 de dezembro de 2022, os ajustes de avaliação patrimonial montam perdas brutas de tributos de R\$ 19.240 e líquidas, de R\$ 11.544 (ganhos brutos de tributos de R\$ 8.057 e líquidos de R\$ 4.834 em 31 de dezembro de 2021).

31/12/2022									
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado	Percentual contábil	Percentual de mercado
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:									
Letras financeiras do tesouro	SELIC	-	117.389	623.140	12.508	753.037	753.037	64,14%	66,33%
Nota do tesouro nacional - IPCA	IPCA+2,90%	-	403	812	33.652	34.867	34.867	2,97%	3,07%
Operações compromissadas		-	49.991	-	-	49.991	49.991	4,26%	4,40%
Outros aplicações		10	(508)	-	-	(498)	(498)	-0,04%	-0,04%
Total		10	167.275	623.952	46.160	837.397	837.397	71,33%	73,76%
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado – equivalente de caixa:									
Operações compromissadas		-	5.788	-	-	5.788	5.788	0,49%	0,51%
Total		-	5.788	-	-	5.788	5.788	0,49%	0,51%
II. Títulos disponíveis para venda:									
Notas do tesouro nacional - PRÉ	6,77%	-	-	73.383	19.845	93.228	93.228	7,94%	8,21%
Letras financeiras do tesouro	SELIC	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%
Total		-	-	73.383	19.845	93.228	93.228	7,94%	8,21%
III. Mantido até o vencimento:									
Notas do tesouro nacional - PRÉ	6,62%	-	-	237.636	-	237.636	198.816	20,24%	17,52%
Total		-	-	237.636	-	237.636	198.816	20,24%	17,52%
Total das aplicações financeiras		10	173.063	934.971	66.005	1.174.049	1.135.229	100%	100%
Circulante						843.185			
Não circulante						330.864			

31/12/2021									
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado	Percentual contábil das aplicações	Percentual de mercado das aplicações
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:									
Quotas de fundos de investimento - exclusivos									
Letras financeiras do tesouro	SELIC	-	90.390	26.613	-	117.003	117.003	10,95%	11,59%
Nota do tesouro nacional	IPCA+2,90%	-	116	1.182	33.471	34.769	34.769	3,25%	3,44%
Operações compromissadas (Lastro LTN)	SELIC	-	227.808	-	-	227.808	227.808	21,31%	22,57%
Outros aplicações		9	24	-	-	33	33	-	-
Total		9	318.338	27.795	33.471	379.613	379.613	35,51%	37,60%
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado – equivalente de caixa:									
Operações compromissadas	SELIC	-	17.364	-	-	17.364	17.364	1,64%	1,75%
Total		-	17.364	-	-	17.364	17.364	1,64%	1,75%
II. Títulos disponíveis para venda:									
Quotas de fundos de investimento - exclusivos									
Nota do tesouro nacional	IPCA+3,25%	-	-	-	44.618	44.618	44.618	4,17%	4,42%
Nota do tesouro nacional - PRE	7,45%	-	-	-	11.807	11.807	11.807	1,10%	1,16%
Letras financeiras do tesouro	SELIC	-	-	132.715	55.318	188.032	188.032	17,59%	18,63%
Total		-	-	132.715	111.743	244.457	244.457	22,86%	24,21%
III. Mantido Até o Vencimento:									
Quotas de fundos de investimento - exclusivos									
Nota do tesouro nacional - PRE	6,77%	-	-	-	427.470	427.470	367.778	39,99%	47,34%
Total		-	-	-	427.470	427.470	367.778	39,99%	47,34%
Total das aplicações financeiras		9	335.702	160.510	572.684	1.068.904	1.009.212	100%	100%
Circulante						396.977			
Não circulante						671.927			

5.2. Movimentação dos instrumentos financeiros por categorias

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Total
Saldo final em 01 de janeiro de 2021	396.064	98.578	435.049	929.691
(+) Aplicações	686.838	386.965	-	1.073.803
(-) Resgates	(672.791)	(239.891)	(35.142)	(947.824)
(+) Rendimentos	(13.134)	10.605	27.563	25.033
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	(11.800)	-	(11.800)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	396.977	244.457	427.470	1.068.904
(+) Aplicações	825.834	146.620	-	972.454
(-) Resgates	(440.573)	(317.846)	(209.841)	(968.260)
(+) Rendimentos	60.947	31.180	20.007	112.134
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	(11.183)	-	(11.183)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	843.185	93.228	237.636	1.174.049

5.3. Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

	01/01/2021	Constituição	Realização /reversão	31/12/2021	Constituição	Realização /reversão	31/12/2022
Ativo - Não circulante							
Imposto de renda diferido	12	26.889	(22.937)	3.964	37.108	(35.966)	5.106
Ativo - diferenças temporárias	12	439	(172)	279	157	(139)	297
Passivo - ajuste de TVM	-	24.779	(22.765)	2.014	36.951	(34.156)	4.809
Prejuízos fiscais	-	1.671	-	1.671	-	(1.671)	-
Contribuição social diferida	7	16.134	(13.762)	2.379	22.265	(21.580)	3.064
Ativo - Diferenças temporárias	7	263	(103)	167	95	(84)	178
Passivo - ajuste de TVM	-	14.868	(13.659)	1.209	22.170	(20.493)	2.886
Base negativa	-	1.003	-	1.003	-	(1.003)	-
Total	19	43.023	(36.699)	6.343	59.373	(57.546)	8.170
Passivo - Não circulante							
Imposto de renda diferido	(936)	(105)	1.041	-	-	-	-
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	(936)	(105)	1.041	-	-	-	-
Contribuição social diferida	(561)	(63)	624	-	-	-	-
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	(561)	(63)	624	-	-	-	-
Total de débitos fiscais diferidos	(1.497)	(168)	1.665	-	-	-	-
Total de créditos e débitos diferidos	(1.478)	42.855	(35.034)	6.343	59.373	(57.546)	8.170

Com o fim da vigência da Medida Provisória (MP) nº 1.115, que altera a Lei nº 7.689 de 1988, passa a vigorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL de 16% para 15%, com produção de efeitos a partir de 01 de janeiro de 2023.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía os seguintes instrumentos financeiros derivativos em fundos exclusivos, negociados na B3 e SWAP contratados em mercado de balcão organizado:

31/12/2022						
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	Exposição (notional) Total	Objetivo
DI1	Vendido	01/01/2027	CDI	1.790	111.369	Hedge taxa pré-fixada

31/12/2021						
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	Exposição (notional) Total	Objetivo
DI1	Comprado	04/01/2022	CDI	5	500	Hedge taxa pré-fixada
DI1	Vendido	04/01/2027	CDI	2.875	173.716	Hedge taxa pré-fixada
DI1	Vendido	04/01/2029	CDI	2.085	102.424	Hedge taxa pré-fixada

6. Outros créditos operacionais

Registra os pagamentos das obrigações operacionais ainda não reportados pelas instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessa rubrica era de R\$ 610 (R\$ 5.676 em 31 de dezembro de 2021). Os valores são liquidados nos meses subsequentes ao registro da emissão, mediante retorno bancário.

7. Créditos tributários e previdenciários

7.1. Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar são compostos da seguinte forma:

Ativo circulante	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda	1.004	2.487
Contribuição social	1.701	1.700
Total de créditos fiscais	2.705	4.187

7.2. Tributos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o "CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro".

Apresentamos abaixo o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados no passivo não circulante, na rubrica "Tributos diferidos".



RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 29.985.998/0001-02

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

7.3. Créditos tributários diferidos

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados de prejuízo fiscal, base negativa e adições temporárias, compostos em sua maioria, de provisões judiciais fiscais, redução ao valor recuperável, atualização de depósitos judiciais e provisões para Participações nos Lucros e Resultados (PLR). Os débitos tributários diferidos estão classificados no ativo não circulante. Conforme Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021, a Companhia realizou estudo aprovado pela Administração indicando a apuração de lucros tributáveis nos próximos dez anos para os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias. De acordo com projeção de resultados, a Companhia tem expectativa da realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias para os próximos dez anos.

Ativo não circulante	Saldo em 31/12/2021	Constituição/realização	Saldo em 31/12/2022
Prejuízo fiscal	1.671	(1.671)	-
Base negativa	1.002	(1.002)	-
Total	2.673	(2.673)	-

Diferenças temporárias - 2022 a 2031			
Ano	Saldo em 31/12/2021	Constituição/realização	Saldo em 31/12/2022
2022*	(13)		0%
2023	33		7%
2024	33		7%
2025	33		7%
2026	38		8%
2027	38		8%
2028 a 2031	300		63%
Total	475	-	100%

(*) 2022 não compõe o total das diferenças temporárias

Imposto de renda/contribuição social	31/12/2022	31/12/2021
Outras provisões	390	543
Atualização depósito judicial	(108)	(16)
COFINS exigibilidade suspensa	778	507
PIS exigibilidade suspensa	126	82
Total das provisões temporárias	1.186	1.116
Alíquota aplicada - IRPJ - 25%	297	279
Alíquota aplicada - CSLL - 15%	178	167
Total	475	446

8. Obrigações a pagar

O passivo circulante tem como finalidade registrar obrigações com vencimento dentro de doze meses seguintes à data das Demonstrações e o passivo não circulante registra obrigações após os doze meses, compostas da seguinte forma:

Passivo circulante	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores a pagar	-	17
Pagamentos em trânsito	-	809
Dividendos a pagar	19.899	-
Outras obrigações	6.155	4.680
Total	26.054	5.506

9. Débito das operações de capitalização

Registra as obrigações operacionais com vencimentos dentro de doze meses seguintes à data das Demonstrações. Em 31 de dezembro de 2022, as obrigações são compostas por pró-labore e comissões no valor de R\$ 2.500 (R\$ 826 em 31 de dezembro de 2021).

10. Provisões técnicas - capitalização

As provisões técnicas de capitalização estão classificadas no passivo circulante, quando são esperadas as respectivas exigibilidades dentro de doze meses seguintes à data das demonstrações e são compostas da seguinte forma:

	Saldos em 31/12/2021	Consti-tuições	Amorti-zações	Atualização monetária	Saldos em 31/12/2022
Provisão matemática para capitalização	822.043	427.418	(426.137)	64.962	888.286
Provisão para resgate de títulos antecipados	54.602	230.378	(229.383)	910	56.507
Provisão para resgate de títulos vencidos	44.421	203.081	(212.180)	695	36.017
Provisão para resgates	921.067	860.877	(867.700)	66.567	980.810
Provisão para sorteios a realizar	10.896	20.828	(23.092)	(360)	8.272
Provisão de sorteios a pagar	5.314	20.235	(20.964)	79	4.664
Provisão para sorteios	16.210	41.063	(44.056)	(281)	12.936
Provisão para distribuição de bônus	55.924	16.617	(17.295)	3.196	58.442
Provisão para despesas administrativas	-	34	-	-	34
Outras provisões	55.924	16.651	(17.295)	3.196	58.476
Total	993.201	918.591	(929.051)	69.482	1.052.222

	Saldos em 01/01/2021	Consti-tuições	Amorti-zações	Atualização monetária	Saldos em 31/12/2021
Provisão matemática para capitalização	728.284	407.937	(360.895)	46.717	822.043
Provisão para resgate de títulos antecipados	50.477	207.734	(203.640)	31	54.602
Provisão para resgate de títulos vencidos	44.146	154.758	(154.504)	20	44.421
Provisão para resgates	822.907	770.431	(719.039)	46.768	921.067
Provisão para sorteios a realizar	14.400	20.856	(24.676)	316	10.896
Provisão de sorteios a pagar	4.071	22.968	(21.739)	14	5.314
Provisão para sorteios	18.471	43.824	(46.415)	330	16.210
Provisão para distribuição de bônus	47.045	17.808	(11.197)	2.267	55.924
Provisão para despesas administrativas	2.394	1.052	(3.446)	-	-
Outras provisões	49.439	18.860	(14.642)	2.267	55.924
Total	890.817	833.115	(780.096)	49.365	993.201

10.1. Análise de sensibilidade - capitalização

As análises de sensibilidade consideraram os seguintes fatores: riscos de subscrição e taxa de juros e não impactaram significativamente o resultado e o patrimônio líquido. As premissas consideradas no teste foram:

- (i) Para os riscos de subscrição, um teste de aumento e redução dos valores sorteados em 14%, definido com base na experiência da Companhia.
- (ii) Para a taxa de juros, um teste de aumento e redução de 1% na curva de juros (Estrutura a Termo das Taxas de Juros - ETTJ). Este teste apresentou impacto nulo.

Variável	Coberturas de risco: Premissas	Efeito bruto no resultado e no patrimônio líquido	
		31/12/2022	31/12/2021
Resultado Sorteio	Aumento de 14% nos valores sorteados	(2.833)	(3.216)
Resultado Sorteio	Redução de 14% nos valores sorteados	2.833	3.216

11. Garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	31/12/2022	31/12/2021
Provisões técnicas - capitalização:		
Total a ser coberto	1.052.222	993.201
Ativos vinculados à cobertura de reservas		
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	1.129.441	991.848
Equivalente de caixa	5.788	17.364
Total dos ativos vinculados	1.135.229	1.009.212
Total de aplicações	1.135.229	1.009.212
Excesso de ativos vinculados à cobertura de reserva	83.007	16.012

12. Provisões judiciais, obrigações fiscais e depósitos judiciais

12.1. Provisões judiciais

O valor total em discussão dos processos judiciais é composto pelas demandas cíveis e fiscais. As provisões judiciais estão classificadas no passivo não circulante, conforme demonstrado a seguir:

Probabilidade de perda	Causas Cíveis		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	3	27	27
Possível	4	67	-
Total	7	94	27

Causas Fiscais

Probabilidade de perda	31/12/2022		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Possível	2	400	-
Total	2	400	-

A seguir, a movimentação da provisão para contingências relativas aos processos judiciais:

	31/12/2022	
Saldo inicial:		30
Adições	2	2
Atualização monetária	20	20
Baixa	(18)	(18)
Ajuste	(7)	(7)
Saldo final:		27

12.2. Outras contas a pagar - obrigações fiscais

No grupo "Outras contas a pagar" são registradas as obrigações fiscais em discussão judicial conforme composição abaixo:

	Saldo em 01/01/2021	Adições	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2021
COFINS	507	196	75	778
PIS	82	33	12	127
Total - obrigações fiscais	589	229	87	905

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais.

Tese	PIS		COFINS		Total	
	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão
Alargamento da base (a)	128	127	786	778	914	905
Saldo total 31/12/2022	128	127	786	778	914	905

Tese	PIS		COFINS		Total	
	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão
Alargamento da base (a)	77	82	467	507	544	589
Saldo total 31/12/2021	77	82	467	507	544	589

(a) PIS/COFINS sobre o ativo livre e prescrição (Lei nº 12.973/14).

12.3. Depósitos judiciais e fiscais

Estão classificados no ativo não circulante e o saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 921, compostos por depósitos cíveis R\$ 7 e depósitos fiscais R\$ 914 (depósitos fiscais R\$ 544 em 31 de dezembro de 2021).

Segue abaixo, a movimentação das adições e atualização monetária dos depósitos judiciais e fiscais:

	31/12/2022		31/12/2021	
Saldo inicial		544		-
Adições	278	278	528	528
Atualização monetária	92	92	16	16
Saldo final		914		544

13. Patrimônio líquido

13.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o capital subscrito e integralizado de R\$ 90.000 é representado integralmente por 90.000.000 em ações ordinárias.

13.2. Reservas de lucros

As Reservas de lucros de R\$ 11.892 em 31 de dezembro de 2022, são compostas por:

13.3. Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2022 a reserva legal é de R\$ 2.094, que é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76.

13.4. Reserva estatutária

Em 31 de dezembro de 2022, as reservas estatutárias são de R\$ 9.798 que é constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais.

13.5. Dividendos mínimos obrigatórios

A Companhia tem a política formal de distribuição de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do ano, conforme consta em seu Estatuto Social, no entanto, em 2021 ela apresentou prejuízo.

A destinação dos resultados está apresentada a seguir, conforme o ano indicado:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro (prejuízo) líquido do ano	42.525	(4.680)
Compensação de prejuízos acumulados	(633)	-
Lucro (prejuízo) líquido do ano - após compensações	41.892	(4.680)
Constituição da reserva legal	(2.094)	-
Base para a distribuição de dividendos	39.798	(4.680)
Dividendos mínimos obrigatórios	19.899	-
Dividendos adicionais propostos na AGO	10.101	-
Constituição de reserva estatutária	9.798	-

13.6. Ajuste de avaliação patrimonial

Nessa rubrica registram-se os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, relativos aos títulos próprios, de coligadas e de controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica de créditos tributários. O saldo em 31 de dezembro de 2022, era de uma perda de R\$ 11.544 (Perda de R\$ 4.834 em 31 de dezembro de 2021), líquidos dos tributos.

13.7. Patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021, as sociedades supervisionadas deverão apresentar PLA igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o Capital Base (CB) e o Capital de Risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:

- a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1;
- b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e
- c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio líquido	100.449	84.533
Ajustes contábeis	(5.244)	(3.276)
Despesas antecipadas	(179)	-
Créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa	-	(2.673)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(5.042)	(602)
Ativo intangíveis	(23)	(1)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	(13.111)	9.644
Ativos financeiros na categoria mantidos até o vencimento	(23.190)	(32.625)
Superávit de fluxos não registrados para as sociedades de capitalização	8.332	5.112
Superávit entre prov. exatas const. e fluxo real. soc. de capitalização	1.747	37.157
Subtotal PLA - nível	82.095	90.902
PLA nível I	68.886	45.565
PLA nível II	10.800	42.270
PLA nível III	3.129	3.067
Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3	(2.779)	(35.114)
Limitador 50% CMR - PLA nível II e III	(2.779)	(35.114)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	79.316	55.787
Capital Base (CB) (a)	10.800	10.800
Capital de Risco de crédito	1.240	4.753
Capital de Risco de subscrição	4.483	4.504
Capital de Risco - mercado	17.048	14.118
Capital de Risco - redução por correlação	(3.624)	(5.238)
Capital de Risco - operacional	1.711	2.308
Capital de Risco (CR) (b)	20.858	20.445
Capital Mínimo Requerido - CMR maior entre (a) e (b)	20.858	20.445
Patrimônio líquido ajustado	79.316	55.788
(-) Exigência de capital - EC	(20.858)	(20.445)
Suficiência de capital - R\$	58.457	35.343
Suficiência de capital (% da EC)	380%	273%

14. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, referem-se a transações da Companhia com suas controladas diretas e indiretas, empresas ligadas e profissionais-chave da administração.

	Passivo		Receitas		Despesas	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Partes relacionadas						
Icatu Seguros S.A. (Controladora indireta) (a)	(1					

Conselho de administração

Presidente

Luciano Snel Corrêa

Vice - Presidente

Claudio Coutinho Mendes

Conselheiros

Ademar Schardong; Claudio Leite Gastal; Cidmar Luis Stoffel; Luiz Carlos Caio Tomazelli

Diretoria

Diretor-Presidente

César Luiz Salazar Saut

Diretores

Marcio de Moraes Palmeira; Suzana Flores Cogo

Contador

Ivandro de Almeida Oliveira

CRC-RJ nº 076168/O-7

Atuário

Lígia de Abreu Sodré Pires

MIBA nº 1394

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

Rio Grande Capitalização S.A. - Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rio Grande Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Grande Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões técnicas de capitalização

Veja Notas 3.9 e 10 das demonstrações financeiras.

Principal assunto de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
Conforme apresentado nas notas explicativas nº 3.9 e 10 às demonstrações financeiras, a Companhia possui as seguintes provisões técnicas relacionadas a contratos de capitalização: Provisão para Resgates ("PR"), Provisão para Distribuição de Bônus ("PDB") e a Provisão para Sorteios a Realizar ("PSR"). Para mensurar a PR e a PDB, a Companhia adota como metodologia a aplicação de quotas (%), definidas nas condições gerais dos produtos, sobre os valores arrecadados no período, incluindo a incidência de juros e atualização monetária. Enquanto a PSR é constituída para cobrir os sorteios não realizados mas que já foram custeados. Portanto, requer julgamento da Companhia na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, estimativas de fluxos da provisão de sorteios a realizar e taxas de juros. Devido à relevância quantitativa dessas provisões técnicas e o impacto que eventuais mudanças nas premissas de cálculo da PSR poderiam causar nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: <ul style="list-style-type: none"> - entendimento dos controles chave relacionados ao processo de determinação e mensuração da PR, da PDB e da PSR. - conciliação dos registros analíticos suporte da PR, PDB e PSR com os respectivos saldos contábeis. - recálculo, com base em amostragem, da PR e PDB de acordo com as condições contratuais. - teste, com base em amostragem, da precisão das bases estatísticas utilizadas no cálculo da PR e da PSR, por meio do confronto dos dados utilizados com os respectivos contratos. - com o auxílio técnico de nossos especialistas na área atuarial, avaliamos as metodologias, a consistência dos dados, a atualização monetária e as taxas de juros, utilizadas na mensuração da PSR, bem como efetuamos o recálculo independente da referida provisão técnica partindo das bases de dados estatísticas. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideraram as informações relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade

Contador CRC RJ-086312/O-6



Parecer dos auditores atuariais independentes

Aos Administradores e Acionistas da

Rio Grande Capitalização S.A.

Porto Alegre - RS

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Rio Grande Capitalização S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2022, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Rio Grande Capitalização S.A. é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não

abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Rio Grande Capitalização S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Rio Grande Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência

desses dados, que serviriam de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2023.

Joel Garcia

Atuário MIBA 1131

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.

CIBA 48

CNPJ: 02.668.801/0002-36

R. do Passeio, nº 38 - 20021-290 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Anexo I
Rio Grande Capitalização S.A.
(Em milhares de Reais)

	31/12/2022
1. Provisões Técnicas	
Total de provisões técnicas auditadas	1.052.222
2. Demonstrativo do Capital Mínimo	31/12/2022
Capital Base (a)	10.800
Capital de Risco (CR) (b)	20.858
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	20.858
3. Demonstrativo da Solvência	31/12/2022
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	79.316
Ajustes Econômicos do PLA	(13.111)
Exigência de Capital (CMR) (b)	20.858
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	58.457
Ativos Garantidores (d)	1.135.229
Total a ser Coberto (e)	1.052.222
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	83.007

APREFA - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE PORTO ALEGRE
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Presidente da Diretoria Executiva da APREFA - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PORTO ALEGRE, inscrita no CNPJ sob o nº 05.728.237/0001-07, no uso das atribuições que lhe confere o art. 11 do Estatuto Social, convoca seus associados, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se na sede da APREFA à Av. Borges de Medeiros, nº 410, conjunto nº 816, bairro Centro Histórico, CEP 90020-022, em Porto Alegre/RS, no dia 17 de março de 2023, em primeira convocação às 08h00min (oito horas, zero minutos), com metade mais um de seus associados, e, em segunda convocação às 08h30min (oito horas, trinta minutos), com qualquer número de associados, sendo que, para o associado possuir direito ao voto, é necessário estar em dia com as atribuições junto a associação. A pauta para a deliberação será a aprovação do relatório de gestão e do balanço patrimonial, reajuste de prêmio de seguro e mensalidade, e outros assuntos.

Porto Alegre/RS, 27 de fevereiro de 2023.

Cleci Maria Jurach

Diretora-Presidente

CÂMARA DE VEREADORES
DE SAPIRANGAAVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 01/2023

A Câmara Municipal de Sapiranga, por meio de seu Presidente, Sr. Tiago Moraes dos Santos, torna público para conhecimento de todos os interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, sendo a abertura das propostas no dia 13 (treze) de março de 2023, às 13h, através do endereço eletrônico www.pregaoanrisul.com.br. O edital de convocação e anexos, estão disponíveis no site www.camarasapiranga.rs.gov.br. Informações pelo telefone (51)3599-2777, da Câmara Municipal.

Sapiranga, 27 de fevereiro de 2023.

Tiago Moraes dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Sapiranga

NOS ACOMPANHE TAMBÉM
NAS REDES SOCIAIS

[jornalcomercio](#)

[jornalcomercio](#)

[jornalcomercio](#)

[jornalcomercioRS](#)

[3C_RS](#)